



## PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE

### ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025-CMC/PA

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da resolução nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno declara, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente aos autos do Processo Licitatório Nº **2605/2025-CMC/PA**, na Modalidade **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, que tem por objeto **contratação de serviços de pessoa jurídica em assessoria e consultoria técnica em Licitações, na Elaboração, Acompanhamento e análise de processos licitatórios, bem como NLLC (Lei nº 14.133/21) e demais legislações pertinentes a serem executados em prol da Câmara Municipal de Curuçá, pelo período de 12 (doze) meses** sendo firmado o valor global que foi adjudicado do serviço do objeto é de **R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos Reais)** por serviço ao mês, totalizando **R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)** do Contrato originário do procedimento licitatório já indicado. Foi devidamente firmado o contrato entre o **MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA**, por intermédio da **CÂMARA MUNICIPAL DE CURUÇÁ-CMC**, neste ato representado pelo Sr. **HILDEMIR ARAUJO DE CARVALHO**, Presidente da Câmara Municipal de Curuçá, com a empresa. **BORTOLI ASSESSORIA E CONSULTORIA TECNICA LTDA**, CNPJ: 60.576.748/0001-69, sendo o prazo de vigência do presente contrato será de 06 de junho de 2025 até 05 de junho de 2026 contados da emissão da ordem de serviço.

Verificamos também que os contratos estão devidamente elaborados com base nas regras com base nas regras insculpidas pela Lei n.º 14.133/2021 e demais instrumentos correlatos, pelo que declara, ainda, que o processo licitatório e os Contratos encontram-se:

(X) Revestidos de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto para gerar despesas para a municipalidade.



( ) Revestido parcialmente das formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no parecer de controle interno, encaminhado como anexo.

( ) Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Salvo melhor juízo, este controle interno entende que o processo Licitatório e o Contrato, supramencionados encontram-se em ordem e no que consiste a análise documental, verificou-se que a dotação orçamentária e o Parecer jurídico manifestando-se favorável a sua realização, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, **DECLARA**, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Curuçá-PA, 05 de junho de 2025.

**Ana Cléa de Morais**  
**Controladora Interno da Câmara Municipal de Curuçá – Portaria 04/2025-GP**